

## PALESTRAS

### A VIOLÊNCIA DA MISÉRIA E DA FOME\*

*Anna Maria de Castro*

*Prof. Titular da UFRJ*

*Coordenadora do Laboratório de Imigração Social e  
Educação (LISE) da Faculdade de Educação da UFRJ*

Creio firmemente que falar hoje em miséria significa falar do ato mais violento que a sociedade impõe a parcela significativa de sua população, não apenas nos países pobres e subdesenvolvidos como nos denominados países ricos e desenvolvidos.

A miséria de um país significa o não-acesso de seus membros aos bens que produz, apresentando-se esses sem nenhuma condição de vida e saúde, entendendo-se saúde como resultado de múltiplos fatores relacionados às condições de alimentação, habitação, educação, lazer, liberdade, acesso à terra e aos serviços de saúde.

O que caracteriza as condições de vida dessa grande parcela da população é a subnutrição, quando não, a fome, a falta de saneamento, além de condições mínimas de trabalho. Estamos diante de uma população extremamente carente de saúde e de recursos.

Quando falamos de violência, não nos referimos à violência da natureza como força destruidora, mas à violência que corresponde a um ato ou ação de uma pessoa ou grupo de pessoas contra outra(s) pessoa(s) sem o seu consentimento.

O homem sofre a agressão do meio físico, formas já bem estudadas por nossos cientistas, mas a agressão do meio sócio-cultural, da sociedade, do mercado, do

---

\* Trabalho apresentado durante a 8ª Jornada Universitária da UEFS – Jornada Josué de Castro, Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em 14/12/93, no campus. Na oportunidade, a conferencista introduziu a seguinte saudação:

Magnífico Reitor, Prof. Josué da Silva Mello,  
Senhora Pró-Reitora, Profª Anaci Bispo Paim,  
Professoras e Professores que integram esta Mesa,  
Senhoras, Senhores, prezados colegas e alunos da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Foi com imensa satisfação, orgulho pessoal e profissional que aceitei o convite para hoje aqui estar e participar dessa Jornada que homenageia Josué de Castro, cientista pernambucano e meu pai. A Bahia e seu povo são extremamente generosos. Há poucas

meio criado pelo homem talvez seja bem maior. O homem se une aos outros homens para produzir e reproduzir os bens necessários a sua sobrevivência. Na prática, na história da humanidade, a isto correspondeu uma ação sobre os homens e a natureza que veio a favorecer um pequeno número, em detrimento da maioria que nunca teve acesso à riqueza criada.

Se, por um lado, a riqueza nunca foi igualmente distribuída, por outro, a maioria sofreu pela ação predatória do homem sobre a natureza, sempre atendendo aos interesses do capital e não do próprio homem. Destruíu-se o meio ambiente em nome do Desenvolvimento, quando, na verdade, a destruição interessava a poucos, refletindo-se sobre os demais, quer diretamente pela contaminação, pelo empobrecimento de terras, pela poluição, quer indiretamente sobre as condições de vida, sobre o organismo, pela fome e subnutrição, pelas condições de trabalho.

Vemos, assim, a violência sob diferentes formas: a violência dos pobres contra as condições de vida, ao não-acesso aos bens da sociedade; a violência contra as minorias, contra os mais fracos, a violência dos grandes capitais, destruindo qualquer possibilidade de desenvolvimento de outro tipo de relação de produção, além da violência do Estado, que, teoricamente, detém seu monopólio, visando ao "bem-comum", mas utilizando-o, na verdade, de forma extremamente desigual, no interesse de alguns grupos e raramente no interesse da sociedade como um todo, a violência dos grandes e mesmo pequenos proprietários de terra e violência dos "deserdados", a violência dos "colarinhos brancos", apropriando-se do público ou da coisa pública como se particular fosse.

Na sociedade brasileira, *que sempre se caracterizou* pela distribuição desigual de riqueza, pela alta concentração desta riqueza e, conseqüentemente, do poder, tudo isto é, de certa forma, dissimulado, ocultado por conflitos individualizados, muito mais fáceis de serem resolvidos; pelo desenvolvimento do mito do brasileiro, como "o homem cordial", da ideologia do favor; pelo preconceito racial do bom, como "o preto de alma branca". No mais das vezes, a violência passa, no discurso de quase todos os segmentos, como diretamente relacionada a banditismo, criminalidade. E como todo criminoso deve ser punido, sendo papel do Estado o exercício deste poder,

---

semanas estive em Salvador na Câmara de Vereadores, onde por proposta da Vereadora Yolanda Pires, Josué de Castro foi agraciado com a *Medalha Thomé de Souza*. Hoje compareço a esta Universidade que compreendendo a importância do pensamento de Josué de Castro para a formação das novas gerações, promove esse importante seminário, deixando claro seu preparo para assumir as responsabilidades pela transformação da sociedade em busca de um mundo melhor e mais justo. Meus parabéns a Feira de Santana, à Universidade Estadual, ao Magnífico Reitor, aos organizadores da Jornada e à sua idealizadora a Pró-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão, Profª Anaci Bispo Paim. Agradeço comovida a homenagem a Josué de Castro. Ao longo de toda minha vida profissional, e em especial no exercício do Magistério na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram se fortalecendo em mim, convicções e crenças que tenho feito o possível para submeter à discussão e ao crivo de meus colegas. É o que hoje faço, ao trazer a esta ilustre platéia, parte desse pensamento.

desenvolvem-se, assim, diferentes mecanismos capazes de coibir a ação das denominadas "classes perigosas", de que tão bem nos fala Alberto Passos Guimarães.

A sociedade brasileira, desde seu início, desenvolveu mecanismos de suas culturas, com as tentativas de seu aprisionamento para mão-de-obra e pela escravidão, quer pela dizimação em massa, sob a força das armas ou por mecanismos mais sutis, como a introdução de bebidas alcoólicas, ou de contágio direto com doenças infectocontagiosas. Na verdade, a maior violência não visível foi e continua sendo a não integração do índio à sociedade brasileira.

A violência que caracteriza o processo de escravidão está no uso do homem como objeto, como instrumento de trabalho, com todos os deveres e sem nenhum direito. Esta violência revela-se na destruição de uma cultura, nas condições sanitárias indescritíveis, como as que já se apresentavam no tráfico, nas viagens, onde a mortalidade era bastante alta, e depois na senzala, no trabalho infundável, no desaparecimento da instituição familiar, como se estivessem tratando com bandos de animais e não com indivíduos, pessoas, na coerção, por meio de mecanismos punitivos – da palmatória ao tronco –. Esta relação vai perpassar todas as outras que se processam em nossa sociedade.

Se as relações de trabalho no campo foram e continuam sendo relações de extrema violência, de expropriação total ou parcial da saúde, o êxodo rural vai representar para muitos a busca de melhores condições de vida para si e sua família. Sem poder produzir para se manter, não tendo acesso à terra ou só tendo acesso ao minifúndio improdutivo, este homem expulso do campo vem habitar as cidades, em áreas periféricas, onde procurará integrar a força de trabalho.

Ocorre que o modelo histórico não se repete como nos países centrais, tese já apresentada por Celso Furtado, quando trata do mito do desenvolvimento. Assim, esta população não absorvida poderá, em parte, ocupar posições mínimas de sobrevivência, como, cada vez mais, as que se apresentam em cidades, como, Rio, São Paulo e Recife, por exemplo, onde as famílias de migrantes vão se abrigar entre tábuas, debaixo de viadutos, com situações sanitárias piores que as das favelas no início da industrialização – como se o milagre econômico não tivesse ocorrido, como se não fôssemos a 8ª economia do mundo, como se não fôssemos um país extremamente rico em recursos naturais, como se não tivéssemos construído algumas das maiores hidroelétricas do mundo, como se não nos tivéssemos transformado em grandes produtores mundiais de aviões e armamento bélico.

É nesta sociedade que os contrastes se acentuam, onde a concentração de poder, de renda, da propriedade, expressa o reverso da medalha – a péssima condição de saúde da maioria do povo brasileiro, que não dispõe de um mínimo para o exercício da cidadania.

E é isto que tentamos aqui analisar: fenômenos que não são naturais, ao contrário, são o produto das relações que se processam na sociedade em geral e na nossa sociedade em particular – a violência e a expropriação da saúde – a miséria, a fome.

Somos um país onde mais da metade da população não participa das riquezas,

do conhecimento, da cultura nele produzidos. Somos uma sociedade que se caracteriza pela exclusão de grande parte dos seres que nela habitam. Somos um país de contrastes, que nunca conseguiu ser sujeito de sua própria história, nunca pôde atender às necessidades de sua população como um todo e, por isso mesmo, desenvolveu uma ideologia explicativa da desigualdade social como inerente a toda e qualquer sociedade, fruto do clima, da raça, da mestiçagem ou mesmo dos desígnios divinos.

O espaço deste Encontro deveria ser utilizado para a reflexão, para a dúvida e para a procura de caminhos que permitam a superação da miséria, da desigualdade social, da ignorância, do analfabetismo, da incapacidade para o trabalho e para o lazer, em prol da construção do país que todos nós desejamos, um país com verdadeiros cidadãos, e não cidadãos de primeira e segunda categoria.

Podemos evidenciar três aspectos que têm marcado nossas vidas de maneira indelével: a exclusão, a violência e a miséria.

Nossa sociedade é uma sociedade em que os contrastes se acentuam; a concentração de poder, de renda e de propriedade expressam as péssimas condições de vida da maioria dos cidadãos. Esses excluídos, na verdade, apenas nascem em uma determinada sociedade, mas não participam, em nenhum momento, de sua organização, não exercendo a mínima parcela de cidadania. Hoje, não são mais usados como exército de reserva, nem como massa de manobra, e muito menos, como mercado consumidor. Vivem em miséria absoluta, alimentando-se do lixo, dos restos deixados por uma sociedade que os baniu de forma violenta e não pretende recebê-los em seu banquete.

Os dados impressionam:

- 1 milhão de crianças morrem anualmente por doenças causadas pela miséria;
- 6 milhões de crianças com menos de quatro anos sofrem de desnutrição moderada e 1 milhão sofre de desnutrição grave;
- 80% das doenças infantis são causadas por falta de infra-estrutura urbana;
- 100 milhões de pessoas não têm acesso à água potável;
- 156 milhões não contam com serviços básicos de saneamento.

Estamos certos, contudo, de que não será copiando o modelo de desenvolvimento escolhido pelos países centrais, que países como o nosso encontrarão a satisfação das necessidades de suas populações. O modelo seguido pelos países ricos foi um modelo de economia baseado, sobretudo, na destruição de bens não renováveis da natureza, o que hoje é inaceitável. O caminho para os países pobres terá que ser outro, como afirma Celso Furtado em seu livro "O mito do desenvolvimento econômico".

Historicamente, assistimos, aos poucos, à conscientização de que a miséria, a pobreza e a fome de parte expressiva da população mundial eram produtos do modelo de desenvolvimento escolhido e não um fenômeno natural, geográfico e biológico. A partir da Conferência de Bandoung, passa-se a acreditar na possibilidade de encontrar-se um novo caminho que procure atender também às necessida-

des da população, e não unicamente às necessidades do capital.

O grande alerta foi dado pelo Primeiro Ministro da Índia, Nehru, ao proclamar: "O que é novo na Índia não é a fome e a miséria do povo hindu; mas a consciência das causas que geraram esta fome e esta miséria".

A fome como descrita por Josué de Castro em sua "Geografia da Fome", em 1946, no Brasil:

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida do sertanejo, mas, também, atuando sobre a estrutura mental, sobre sua conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários exaltam-se e o homem, como qualquer animal esfomeado, apresenta uma conduta que pode parecer a mais desconcertante.

Sabemos que não existe unanimidade no que se refere às teorias explicativas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Fenômenos socioeconômicos e políticos, como a pobreza, a desigualdade, a fome são analisados e enfocados sob ângulos diversos, dependendo da postura, do método de abordagem utilizado pelo cientista. No nosso entender, no caminho por nós percorrido, somos levados a acreditar que a fome, a pobreza, a miséria, a violência são fenômenos criados pelo próprio homem e são, na verdade, a própria expressão do subdesenvolvimento.

O resultado do modelo de desenvolvimento escolhido pelo terceiro mundo não foi o desejado. Infelizmente, somente no final do século, os agentes financeiros internacionais e os Bancos de Desenvolvimento começaram a discutir esses resultados e deixaram de propor aos países pobres a simples cópia do modelo adotado pelos países centrais.

O uso de indicadores sociais, que cada vez mais retratam a diferença entre os dois mundos, o dos países ricos e o dos países pobres, demonstra hoje que, para os países pobres, a década de 80 foi uma década "perdida", aumentando assim o fosso entre esses dois mundos.

A comunidade internacional hoje procura elaborar e implementar políticas que atendam aos grupos que mais sofrem com a pobreza, na verdade, as mulheres e as crianças. Caberá aos governos escolher um novo modelo de desenvolvimento, numa opção entre o pão e o aço de que nos falava Josué de Castro na década de 50.

Nos anos 70, toda a política internacional elaborada contra a pobreza e a miséria passava pela institucionalização de uma melhor prestação de serviço na área da saúde, com um bom atendimento médico, nutrição e educação, além das propostas de planejamento familiar que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado.

A década de 80 foi a década da recessão que levou à contenção de despesas públicas, mesmo onde os investimentos já realizados eram bastante significativos. As propostas passaram a ser de incentivo ao aumento do mercado consumidor, o que geraria um aumento nas ofertas de emprego para atender o aumento da demanda

de serviços.

A tensão aumenta com o incremento da pobreza, e mesmo o Banco Mundial passa a considerar que é necessário elaborar um projeto de segurança contra a pobreza, através de políticas públicas para os pobres. É a volta da *Economie et Humanisme* do Padre Lebreton.

Mas, em época de recessão, de crise, tornam-se necessários ajustes fiscais das economias subdesenvolvidas e inflacionárias. Procuram-se, contudo, mecanismos que diminuam o impacto das medidas a serem tomadas, para que não atinjam ainda os mais pobres.

Em 1981, Celso Furtado, em depoimento na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, demonstrou que 21% da população brasileira de menos de 17 anos encontravam-se no terceiro grau de desnutrição, apresentando um peso inferior a 75% do normal. No tocante à mortalidade infantil, de 4 milhões de crianças que nasciam no Brasil, 360 mil morriam antes de completar o primeiro ano de vida, sendo que, no Nordeste, a média era o dobro da média nacional e a proporção de crianças e jovens desnutridos era de cerca de 50% mais alta do que a média do país.

Os trabalhos do médico e professor Malaquias Baptista, da Universidade Federal de Pernambuco, eram eloquentes quando demonstravam que, na relação de peso e altura, quanto aos padrões considerados normais, apenas 30% das crianças nordestinas tinham um crescimento normal, 50% estavam no 1º grau de subnutrição, 17% no 2º e 3% no 3º.

Atualmente, os organismos internacionais ainda acreditam que os países ricos e desenvolvidos tendem a crescer, em média, 3% até o ano 2.000, enquanto outros subdesenvolvidos, como os do Leste asiático, deverão alcançar a taxa de 5,1% e a África subsaariana 0,5%.

Apesar da crise do último decênio, o número de pobres, proporcionalmente, diminuiu no mundo, mas com grandes diferenças de concentração nos distintos países. Houve alguma melhora no sul da Ásia, menos na América Latina e no Caribe e bem pouco no Oriente Médio e no Norte da África.

Segundo cálculos já realizados, no início do próximo século, 30% dos pobres do mundo estarão na África subsaariana. Em 1985, representavam apenas 16% do total mundial.

Inegavelmente, houve alguma melhoria concernente à mortalidade infantil e à matrícula universal. Mas depende do enfoque da análise, se apenas em termos quantitativos, ou também qualitativos.

Quase todos os trabalhos ressaltam o retrocesso da América Latina, ligado sobretudo ao problema do pagamento do serviço da dívida externa, inviabilizando qualquer modelo que possa ser escolhido. São economias extremamente vulneráveis e que deixaram de acompanhar os passos dos países ricos a quem entregam 1/4 dos rendimentos auferidos com suas exportações. A América Latina é hoje um continente com baixa renda "per capita", com grande concentração de renda, mas sobretudo com transferência para o exterior de parte substancial de suas receitas, conforme o último Relatório do Banco Mundial.

Mesmo o desemprego, que assolou os países desenvolvidos, em crise, foi proporcionalmente bem maior nos países subdesenvolvidos e dependentes. Aumentou no Brasil, na Colômbia, na Costa do Marfim, na Costa Rica, na Polônia e na Venezuela. Declinou, apenas, na Índia, na Indonésia, na Malásia e no Paquistão. São dados também assustadores, sobretudo porque, infelizmente, o mercado de trabalho está enxuto no primeiro mundo. Vivemos hoje uma sociedade de desempregados.

Nos últimos 30 anos, teria sido necessário criar quase 1 bilhão de novos postos de trabalho, e só foram criados 400 milhões.

No Brasil, o desemprego também aparece com taxas alarmantes. Segundo pesquisa publicada no Jornal *Folha de São Paulo*, em sua edição de 2 de maio de 93, o País ganha 1.061 desempregados por hora. De janeiro de 1990 a fevereiro do corrente ano, o Ministério do Trabalho registrou 20,2 milhões de demissões no setor formal da economia.

O legado dos anos oitenta, contudo, permanece. No caso da América Latina, a mudança passa pela necessidade de medidas estruturais, como a Reforma Agrária, a Reforma Tributária e a diminuição do serviço da dívida como preconizado pelo Banco Mundial. Cálculos matemáticos demonstram a viabilidade dessa diminuição do serviço, da retomada do desenvolvimento, da estabilidade e confiança para novos investimentos, assegurando o retorno do capital. Só assim conseguiremos o equilíbrio necessário para crescer.

A reconversão da economia mundial de guerra para busca dos dividendos de paz, com a diminuição dos gastos com defesa, poderá ser um caminho a trilhar e o momento histórico é favorável.

Não podemos, contudo, esquecer que o mundo está agora erguendo novas barreiras como a do Mercado Comum Europeu, mas o mercado dos países pobres poderá tornar-se importante, a partir de uma nova redefinição.

Falar de pobreza é sempre falar de subnutrição, de fome, de analfabetismo. Para mudar, precisamos conhecer, realmente, não como vivem, mas como sobrevivem os pobres, dos camponeses aos "homens gabiru" que, habitando as cidades, vivem, como os ratos, de seu lixo. A pobreza é a desigualdade maior, é a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo — é a falta total de cidadania, de calorias, de saneamento, de saúde.

Os países mais pobres apresentam hoje 1/3 de sua população vivendo com US\$ 370 anuais. Na verdade, trata-se de 630 milhões de pessoas que não foram ainda integradas às suas sociedades e que não vivem, sobrevivem.

Nesses países, a mortalidade infantil é, em média, de 121 por mil habitantes, e a expectativa de vida, 62 anos. Tais dados, cabe ainda ressaltar, encobrem grandes distorções, por tratar-se de médias.

As condições de vida das populações pobres dependem do meio em que conseguem sobreviver e da possibilidade de surgimento de estratégia que lhes permitam a sobrevivência.

Problemas alimentares devido ao tamanho da família, à existência de idosos, falta de mão-de-obra masculina que migra em busca de melhores condições de

trabalho — eis o quadro que encontramos nestas regiões. Assim, a mulher desprotegida, sem instrução, sem oportunidade de trabalho, com a saúde precária pelos inúmeros partos, torna-se presa fácil de doenças e diminui consideravelmente sua esperança de vida. Quando o chefe da família, o que sustenta a casa, é homem, o consumo de alimentos é sua prioridade, ficando o resto da família com as sobras.

Todos concordam que a pobreza é a causa fundamental da subnutrição. A busca de soluções para o problema é que não encontra unanimidade.

Em recente estudo, a Associação Paulista de Medicina apresentou os seguintes resultados no que se refere à situação brasileira: apenas um terço do continente populacional tem acesso a uma alimentação adequada. A situação mais grave se refere a crianças até 5 anos: 43,1% dessas crianças vivem em condições de extrema pobreza. A mortalidade entre menores de um ano por doenças associadas à desnutrição (infecções intestinais, deficiências nutricionais e pneumonia) era, em 1988, de 32%.

O mundo procurou atacar essas causas por intermédio de organismos internacionais, sempre entendendo que o primeiro passo deveria ser a ativação de projetos de educação.

Paralelamente, contudo, não repararam os quadros necessários ao "salto para o desenvolvimento". Se se fez, não foi para atender ao interesse da maioria da sociedade de levar a cidadania a todos. Poucos foram os projetos nacionais que procuraram estudar a especificidade dos países pobres, sua problemática e a elaboração de propostas viáveis de mudança a curto e médio prazos. Este tipo de profissional preocupado com a pobreza e a miséria, problema específico de país subdesenvolvido, era visto com desdém.

Acreditava-se que bastava crescer, industrializar-se que, automaticamente, as condições de vida e saúde de um povo se modificariam. Esqueceram que crescimento não é desenvolvimento. Conseguimos formar grandes profissionais dentro de um modelo de país rico, bons e competentes, mas pouco voltados para a nossa realidade, sempre acobertada, sempre escondida, sempre negada.

Alguns cientistas que tentaram construir uma ciência a partir da realidade vivida foram, de certa forma, negados como se não soubessem fazer ciência, ou fossem cientistas de segunda categoria. Também alguns estudantes universitários negavam a tentativa de receber uma formação diferente da dos países ricos, como se, desta forma, nossas Universidades e Centros de Formação estivessem demonstrando sua incapacidade, inabilidade e mesmo incompetência para sermos iguais aos estudantes e professores do primeiro mundo.

Com isto, a elite intelectual do País se afastou cada vez mais de nossa realidade e mesmo aqueles que conseguiram ascender socialmente, apesar de todas as barreiras impostas, negaram aos seus pares igual oportunidade e não lutaram para que pudessem progredir dentro de nossa sociedade de classes, e, porque não dizer, de castas.

Como devemos atuar, qual o nosso papel face a uma realidade tão dura, tão miserável? Que conhecimentos devem receber para formar uma consciência neces-



sária à mudança dessa realidade, para questionar e construir o novo, para repensar sua prática?

Na verdade, nossos professores e pesquisadores continuam "olhando" um mundo que já não existe querendo, com o médico, a nutricionista, o arquiteto exercer sua profissão em um espaço que se assemelhe ao dos laboratórios onde estudaram e desenvolveram suas pesquisas sem nenhuma interferência do real.

Precisamos caminhar, avançar, com coragem, inteligência, sem subserviência, no estudo dos problemas dos países pobres, subdesenvolvidos. Lavar os olhos para tentar ver o real, "Olhar o mundo como os olhos", como dizia o antropólogo Arthur Ramos. E "lavar os olhos" corresponde a perder os preconceitos, os pré julgamentos.

Como Merleau-Ponty, acreditamos que a realidade é o que vemos, contudo precisamos aprender a vê-la. "Não convém perguntar se percebemos verdadeiramente o mundo, convém dizer, pelo contrário, o mundo é aquilo que percebemos. O mundo não é o que eu penso, mas o que eu vivo".

Todos sabemos que o custo político, social e mesmo econômico da pobreza é grande e significativo. Contudo, a busca de soluções para os problemas relacionados com a pobreza vai depender da vontade política, da elaboração de projetos viáveis que, a curto e médio prazos, diminuam a desigualdade social e distribuam melhor a riqueza de nossos países.

Em certos países, algumas políticas elaboradas já foram implementadas, como a Reforma Agrária e a Reforma Fiscal. Políticas de cunho mais assistencialistas, como a distribuição de cestas básicas, também. Nos Estados Unidos, após a grande depressão, foram instituídos os salários família, mínimo, dos idosos e dos desempregados. Políticas emergenciais como exigia o momento. Também, desde o início do século, encontramos exemplos de geração de empregos públicos, mal remunerados, para atender situações de crise, como na Inglaterra e nos Estados Unidos.

No caso da alimentação, uma das formas de perpetuação das desigualdades sociais, a longo prazo, acreditamos que a suplementação alimentar oferece respostas importantes, viabilizando a construção de indivíduos mais saudáveis, menos vulneráveis, mais produtivos. Paralelamente, cabem programas de saneamento básico, vacinação e combate à verminose.

Difícilmente, conseguiremos acabar com as desigualdades sociais, mas não podemos ser, nem seremos coniventes com a sua perpetuação. Diminuindo a subnutrição, diminuiremos a incidência de doenças que assolam, preferencialmente, as populações das regiões subdesenvolvidas, de cuja patogenia participa a alimentação como fator predisponente ou preparador. São as chamadas doenças de massa, que atingem, em altos graus de incidência, as populações subnutridas, carentes. Embora essas doenças possuam um agente patogênico específico, suas manifestações mórbidas, sua propagação e sua evolução dependem, enormemente, do estado de resistência orgânico dos grupos humanos, isto é, do seu estado de nutrição.

Os estudos médico-sociais mais modernos demonstram que nenhum fator

mesológico tem mais influência sobre o equilíbrio vital e manutenção dos níveis de vida que a alimentação.

Em conferência realizada sobre "Condições de Vida e Saúde", a tese apresentada era a de que, num mundo onde não se consiga obter condições similares para todos os homens ao nascer, produzir-se-ão, conseqüentemente, grandes contrastes nos futuros níveis de saúde e capacidade intelectual das populações.

Acreditamos que o grande papel da Universidade será o de transformar-se no local onde se desenvolve a consciência crítica de nossa época, onde se busca conhecer o real e se cria e transmite cultura. É a Universidade militante e participante em que acreditamos capaz de antecipar-se, de conhecer, com a previsão possível, os caminhos da sociedade, as formas e instâncias e procurar propostas viáveis para a sua superação.

É no processo educacional que a sociedade se interroga sobre ela mesma. Mas, como Gadotti, acreditamos que a dúvida, na verdade, é libertadora, permitindo que nos distanciemos em relação às diversas situações pedagógicas com as quais nós somos confrontados cotidianamente em relação às teorias conhecidas. A dúvida exprime aquilo que falta fazer. Ela aponta o caminho.

A busca de uma nova sociedade consistirá, assim, muito mais numa mobilização, como propõe Gunder Frank, contra provações, exclusões e na luta da sobrevivência e pela identidade.

O processo de mudança não será fácil. Por onde começar? Mas será no dia a dia, acreditando que a vida tem mais imaginação que nossos sonhos, que vamos construir e redesenhar um novo Brasil. Precisamos ousar e procurar os novos caminhos que terão que ser conquistados passo a passo.

O Brasil tem hoje 32 milhões de indigentes, de famintos, produto da recessão e por falta de políticas públicas. É este o momento de repensar o nosso País.